

10º CONGREJUFE

- Conjuntura Internacional e Nacional

Para construir um Plano de Lutas de verdade - É preciso garantir a verdadeira unidade!

5 Coletivo Judiciário Progressista

Nos 13 anos dos governos Lula e Dilma, a FENAJUFE tornou-se uma arena de disputa político-partidária entre dois grandes conglomerados: “cutistas”, vinculados ao PT & aliados; e “anticutistas”, vinculados à oposição de esquerda, sobretudo, CSP-Conlutas, PSTU & afins; e organizados em torno do movimento “LutaFenajufe”. Tal polarização decorre tanto da subordinação do movimento sindical à lógica da disputa político-partidária pelo aparelho sindical, quanto da limitação do projeto sindical ao mero corporativismo. Eis o diagnóstico preliminar.

Nos últimos 3 anos, nossa federação esteve na UTI, sem capacidade de iniciativa e de coordenar as necessárias respostas aos ataques aos servidores ou propondo medidas que valorizem o serviço público. Vários elementos levaram a essa situação. Assim, por mais que discordemos de teses da desfiliação de sindicatos da Fenajufe (pois enfraqueceria ainda mais a nossa luta), entendemos o questionamento existente, ante o distanciamento da Fenajufe do dia a dia dos grandes problemas enfrentados pelos sindicatos e pelos servidores.

As disputas internas na Fenajufe durante os governos Lula e Dilma deixaram marcas para o período posterior. Setores da extrema esquerda estimularam, com uma linha política totalmente equivocada, setores mais conservadores, sem cultura sindical (e muitas vezes sequer associativa), na arena institucional sindical. Aí, num momento em que se precisava de uma relação de confiança política entre as forças da CUT e da Conlutas, com um mínimo de unidade para conduzir a Federação, nada restava, deixando a Federação sem bússola política.

Assim, com a ausência de um norte programático de atuação, seja devido a fatores pretéritos, seja devido ao péssimo Congrejufe que se realizou em SC em 2016, que não teve sequer um plano de lutas aprovado, a Federação andou de mal a pior.

Além disso, a Federação foi marcada por brigas entre as correntes políticas, resultado da forte fragmentação das chapas no último Congresso. Brigas muitas vezes com fortes conotações pessoais em detrimento de conteúdo político, tendo pouca ou quase nenhuma serventia para a luta dos servidores. A pequena política rolou solta!

Cabe destacar o forte divisionismo na Federação (inclusive com a criação de sindicato próprio no DF) e a briga entre segmentos (técnicos, analistas, oficiais)

10º CONGREJUFE

que só agradava à direção dos Tribunais, pela divisão que se criou na categoria.

50 Assim, por mais que se entenda o debate a respeito das eleições majoritárias na Federação, em contraponto ao atual sistema de proporcionalidade, não será com essa mudança que iremos resolver o problema de fundo da Fenajufe. Estaríamos dando aspirina a um enfermo terminal! É na política que resolveremos, com um novo norte programático, com unidade de ação na luta, 55 apesar das diferenças que existem (e existirão), colocando o interesse dos servidores e dos trabalhadores acima disso. Em nosso entendimento, a eleição majoritária, a essa altura, poderia até mesmo favorecer a saída de sindicatos filiados da federação com vistas à composição de outra federação, por não se sentirem contemplados na direção.

60 Enfim, estes são alguns elementos que explicam a situação de paralisia e a nossa Fenajufe na UTI. Não são os únicos, por óbvio. Mas vale a pena refletirmos da necessidade de “Uma Outra” Fenajufe.

65 Uma outra Fenajufe é possível (e necessária)!!

Precisamos construir uma nova prática política. Mais do que um Plano de Lutas, precisamos de um Plano de Mobilização. Precisamos atentar para a pouca eficácia das ações meramente performáticas, verdadeiras pirotécnicas 70 políticas, que muitas vezes permeia o cotidiano dos dirigentes da Fenajufe e dos sindicatos pelo país.

Outra questão é a disputa interna por hegemonia no movimento sindical: não se trata de desvio, mas sintoma. Isso consome quase todas as nossas 75 energias, que poderiam ser direcionadas à construção de um novo modo de organização.

Defendemos a construção de um projeto sindical alternativo, que assuma, como eixo estratégico, a democratização (interna e externa) do Poder 80 Judiciário, bem como seja capaz de promover a renovação da prática sindical (numa ação da base pela base). Para além da disputa político-partidária, a construção de uma instituição efetivamente democrática e que coloque a defesa dos direitos e garantias da categoria, da classe trabalhadora e do povo brasileiro.

85 Defendemos a necessidade de inverter a lógica de debate da Fenajufe: primeiro, aquilo que nos une; depois, aquilo que nos divide. Temos divergências com aqueles que dizem que a conjuntura não influencia na pauta da categoria, porém, igualmente, não temos acordo com aqueles que priorizam a divergência conjuntural em detrimento dos denominadores comuns que unificam a base. As várias ideologias têm que estar presentes na Federação, 90 colocando, acima, o interesse e a defesa da categoria.

Além do mais, precisamos acumular, debater, refletir e lutar sobre temas 95 chaves para a Fenajufe, como a democratização do Judiciário, a democratização sindical, desvio de função institucional de alguns cargos,

10º CONGREJUFE

saúde dos trabalhadores/as, assédio moral/sexual, campanha salarial (ou basta bravata em torno da data-base já!?), luta contra as reformas da previdência e trabalhista, entre outros temas.

100

De fato, ao longo da última década, a Fenajufe permaneceu estagnada e importantes debates para a categoria foram negligenciados, tais como o plano de carreira, a reforma do Estado e do Poder Judiciário, a reestruturação produtiva/PJe, a implantação de novas tecnologias de trabalho etc. Mesmo as campanhas salariais, eleitas como pautas praticamente exclusivas em detrimento de todas as demais, também como reflexo da desorientação política, representaram a redução do projeto sindical ao mero corporativismo e economicismo, reforçando o caráter conservador de nossa categoria. As campanhas salariais, em outras palavras, mais aprofundaram nossa servidão do que ampliaram nossa liberdade.

105

110

De maneira sucinta, o projeto sindical alternativo que pretendemos construir, a partir da redefinição do eixo estratégico, deverá promover, ao menos, três mudanças fundamentais:

115

A) reconfigurar o campo político, segundo uma nova forma de polarização: “progressistas”, i.e., defensores de mudanças estruturais para o país em âmbito social (educação, saúde, moradia, entre outros), essencialmente antineoliberais, respeitando o meio ambiente e os direitos humanos; contra qualquer tipo de opressão na sociedade e/ou no Judiciário (machista, racista, homofóbica e hierárquica), além da intransigência na defesa contra a retirada de direitos sociais e d@s trabalhador@s e pela liberdade sindical/ associativa, bem como defesa da democratização do Poder Judiciário; e “conservadores”, i.e., defensores da conservação da estrutura autoritária do Poder Judiciário e contrários aos pilares acima estabelecidos; B) assumir a tarefa de romper com o isolamento social da categoria e envolver a sociedade civil na luta pela democratização do Poder Judiciário e pela valorização do serviço público; C) articular as diversas demandas da categoria em torno da desconstrução do autoritarismo e da democratização do Poder Judiciário; sobretudo, a demanda salarial.

120

125

130

É democratizando o Judiciário, interna e externamente, que poderemos avançar! Trata-se, decerto, de um projeto de longo alcance, ainda em elaboração e que pretendemos debater no próximo período; porém, dadas as circunstâncias, mais do que urgente e necessário! E, sim, aberto à participação democrática de tod@s aquel@s que, em pensamento e ação, forem progressistas!

135

Além disso, defendemos que a Fenajufe tenha prioridades no período que está por vir. Entende-se que haverá outras lutas, principalmente as aprovadas nas instâncias da categoria, mas estas que estamos propondo norteariam os esforços nos próximos 3 anos e seriam novidades em relação ao último Congrejufe, considerando fatores conjunturais ou norte estratégico. São elas: 1) lutar, de todas as formas, contra a reforma da previdência de Bolsonaro e suas consequências; 2) lutar pela defesa intransigente da liberdade sindical e da liberdade de associação, não aceitando qualquer tipo de

140

145

10º CONGREJUFE

150 intervenção do Estado nos sindicatos ou punição ao exercício da atividade sindical; 3) lutar contra o esvaziamento ou extinção da Justiça do Trabalho; 4) lutar contra a relativização ou extinção da estabilidade; 5) pela democratização do Judiciário (externa e internamente), conectando as lutas da sociedade civil por um Judiciário menos autocrático e mais democrático; 6) contra o desvio de função institucional em qualquer segmento das carreiras no PJJU; e 7) por uma luta salarial, em conjunto com o funcionalismo público (data-base), e a recomposição inflacionária com a revogação ou relativização da EC 95.

155 Acreditamos que a mobilização e a luta da categoria devem constituir o eixo norteador e impulsionador para os avanços acima mencionados e combater os retrocessos iniciados no governo Temer e continuados por Bolsonaro. No entanto, não podemos cair nas ciladas das bravatas. Bravatas por vezes soam bem aos nossos ouvidos e trazem aparência de solução imediata, mas só a luta real, com pedagogia do exemplo e efetivos avanços para a categoria e a classe trabalhadora, nos levarão a um outro patamar de sindicalismo e consciência na categoria!

165 Diante do exposto, defenderemos que “Uma Outra Fenajufe É Possível”. Uma Fenajufe mais democrática, plural, que coloque o interesse e a defesa do servidor acima das análises de conjuntura, mas sem desprezar a análise de conjuntura como algo menor.

170 Uma Fenajufe que tenha Unidade para lutar e resistir a todos os ataques que virão, mas não só com chamados, vazios, em torno da unidade; e sim, com pedagogia do exemplo, construindo denominadores comuns em torno de um norte programático.

175 Uma Fenajufe que resista ao neoliberalismo e ao autoritarismo presentes no atual governo. Isso não só porque nos afeta diretamente enquanto trabalhadores do Judiciário, mas também porque queremos um Brasil melhor para nós e para as futuras gerações.

180 De fato, precisamos construir uma nova prática política e a construção de um projeto sindical alternativo, que assuma, como eixo estratégico, a democratização (interna e externa) do Poder Judiciário, bem como seja capaz de promover a renovação da prática sindical (numa ação da base pela base), para além da disputa político-partidária, a construção de uma instituição efetivamente democrática e que coloque a defesa dos direitos e garantias da categoria, da classe trabalhadora e do povo brasileiro.

Thiago Duarte Gonçalves – Coletivo Judiciário Progressista

190

ENDOSSOS

Mariana Liria

Neemias Ramos Freire

195 João Paulo Zambom

Thiago Duarte Gonçalves

10º CONGREJUE

Paula Drumond